

Formação de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) na Região Vale do Caí (RS)

Formation of an Agrifood System located (SIAL) in the Region Valley Fall (RS)

*Jorge Luiz Amaral de Moraes
Universidade de Santa Cruz do Sul e
Faculdades Integradas de Taquara*

Resumo: O tema deste estudo é o potencial de formação de um Sistema Produtivo Agroalimentar Localizado (SIAL), autônomo e com interfaces com as redes globais, como estratégia de desenvolvimento da região *Vale do Caí* (RS). Isto inclui o aproveitamento das potencialidades locais e das oportunidades de mercado e, também, a participação dos atores locais e do Estado na formulação e gestão das políticas públicas. O objetivo do estudo foi analisar o potencial dinamizador de algumas atividades produtivas agroalimentares locais para o desenvolvimento sustentável da região. Foram utilizadas informações qualitativas de mercados de produtos agroalimentares e agroindustriais potenciais e da estrutura produtiva regional. Para medir o grau de concentração dessas atividades na região foi utilizado o Quociente Locacional (QL), com base na renda bruta agrícola e no perfil do emprego formal. As atividades com maior potencial de expansão local foram consideradas o embrião de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Sistema Agroalimentar Localizado; Desenvolvimento rural; Desenvolvimento regional.

Abstract: The theme of this study is the potential to form of a localized agrifood production system (SIAL), autonomous and with interfaces with global networks, such development strategy of the *Vale do Caí* region (RS). This includes the taking advantage of local potential and market opportunities and the participation of local actors and of Nation State in the formulation and management of public policies. The objective of the study was to analyze the dynamic potential of some local agrifood productive activities for a sustainable development of the region. Were used qualitative information of the agrifoods products markets potential and of the regional productive structure. To measure the degree of concentration of these activities in the region was used Location Quotient (QL), based on the agricultural gross income and formal employment profile. The activities with the highest potential for local expansion were considered the embryo of an Agrifood System Located (SIAL) in the region.

Keywords: Territorial Development; Agrifood System Located; Rural development; Regional development.

JEL: Q13

Introdução

Na região Sul do Brasil, 75% dos municípios têm menos de 20.000 habitantes e possuem, em média, 53% da população residente na área rural (IBGE, 2009). Esses números mostram a importância, para esses pequenos municípios, de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. O desenvolvimento desses municípios é fundamental para a criação de condições propícias para o desenvolvimento dos territórios rurais. Por isso, se tornam importantes as estratégias de desenvolvimento diversificadas e adaptadas ao potencial desses territórios, com políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento endógeno e para a criação de oportunidades de trabalho, também, fora do setor agrícola. Com isso, se reforçam as pequenas e médias cidades que possuem percentuais significativos de população vivendo no meio rural, tornando-as pontos de referência para redes de suporte ao desenvolvimento regional.

Nas teorias e políticas de desenvolvimento regional e rural mais recentes, a premissa tem sido a necessidade de pensar a região como um território ou um

sistema local (BASILE & CECCHI, 2001; CECCHI, 2001; MUCHNIK, 2002; PECQUEUR, 2004; REIS, 2006; REQUIER-DESJARDINS, 2002; SABOURIN, 2002; SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2003). O perfil do território é reflexo de variáveis internas, como o grau de participação dos atores e as diversas dinâmicas ambiental, socioeconômica e cultural. Mas, também, é resultante do tipo e do grau de interação que existe entre o território, o seu sistema produtivo e os sistemas territoriais de maior escala ou globais. Sob o ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico regional, as ações deveriam ter como objetivo a implantação e a gestão de projetos potencializadores da economia regional, visando à geração de renda e de oportunidades de trabalho e a criação ou fortalecimento de micro, pequenas e médias, aliadas a uma política estratégica de integração competitiva no mercado global, este que pode ser um grande gerador primário de renda para os territórios.

A construção de um sistema local autônomo e mais integrado nas redes globais pode ser resultante de uma estratégia de desenvolvimento regional endógeno que destaca o Estado, associações, cooperativas, movimentos sociais e agentes econômicos como atores fundamentais desse processo. Por isso, é importante utilizar modelos e políticas públicas para o desenvolvimento que aproveitem as potencialidades locais e as oportunidades externas que incluam a participação desses atores locais na sua formulação e gestão.

Este estudo busca subsídios para a elaboração de uma política de desenvolvimento regional-rural que considere as diferentes dinâmicas e potencialidades territoriais locais e as oportunidades externas ou de mercado. Mais especificamente, o estudo analisa o potencial de algumas atividades produtivas agroalimentares como dinamizadoras do desenvolvimento socioeconômico da região *Vale do Caí*, no Rio Grande do Sul, por meio de um diagnóstico das potencialidades dessas atividades e das suas oportunidades de mercado.

A principal justificativa do estudo é a carência de informações sobre o potencial socioeconômico das atividades agroalimentares na região que, mesmo quando existem, são insuficientes para subsidiar projetos de desenvolvimento da região. Espera-se que os resultados deste estudo possam ser úteis para o conjunto de instituições, atores e organizações de planejamento, produção e serviços, associados ao território. E ainda, que esses resultados sirvam de incentivo para que agricultores familiares, agentes econômicos, Estado, cooperativas, associações, pequenas e médias empresas, assim como, o saber-fazer local e as redes de relações, se articulem para produzir uma forma específica de organização produtiva nesse território, baseada em cadeias produtivas agroalimentares. Essa ação coletiva permitirá ativar o potencial dos diversos recursos locais (ambientais, sociais, estrutura produtiva da agricultura familiar) e o aproveitamento das oportunidades externas (demanda crescente no mercado de bens e serviços agroalimentares), podendo gerar uma nova dinâmica de desenvolvimento no território.

Além desta introdução, este artigo apresenta, a seguir, uma seção com o referencial teórico do desenvolvimento regional na perspectiva do território rural, seguido por uma seção com informações sobre a região e a forma de determinação das principais atividades agroalimentares da região. Na seção seguinte apresentam-se os resultados do estudo sobre as oportunidades de mercado e as principais características e potencialidades da produção agroalimentar da região Vale do Caí. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais sobre o trabalho e seus resultados.

2. Desenvolvimento regional e a abordagem territorial do desenvolvimento rural

A construção de um sistema local autônomo e mais integrado nas redes globais pode ser uma estratégia de desenvolvimento regional. Para isso, o Estado e os agentes econômicos devem atuar como atores fundamentais em programas para o aumento de postos de trabalho e geração de renda, para a redução da pobreza e a reinserção social de segmentos marginalizados e/ou de trabalhadores pouco qualificados para as novas atividades. Isto poderá se verificar pelos resultados dos empreendimentos e da gestão dos seus fatores, atuais e potenciais, assim como, através da velocidade de incorporação de conhecimentos e de transformação de possibilidades externas em oportunidades internas, de modo a solucionar problemas ou atender necessidades do território como um todo.

Portanto, pode-se afirmar que todo modelo de desenvolvimento que tenha a finalidade de impulsionar o desenvolvimento humano e elevar a qualidade de vida da população de um determinado território terá que levar em conta a realidade e a diversidade desses territórios e o perfil específico de cada deles (PECQUEUR, 2004). Por isso, se torna importante a identificação de suas potencialidades locais, suas aglomerações produtivas e de suas articulações externas. Conhecer essas realidades é vital para a eficácia de políticas públicas e instrumentos de desenvolvimento mais ajustados aos perfis territoriais, que tenham como alvo a redução da pobreza, o fomento de atividades produtivas e a modernização tecnológica e empresarial.

O desenvolvimento regional-local, na perspectiva do território, pode ser visto como um novo paradigma de desenvolvimento, originado da organização de uma comunidade em torno de uma estratégia de desenvolvimento que integre as ações e provoque sinergias dentro do território. O desenvolvimento territorial está relacionado com o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades das comunidades locais, na captação de recursos para incrementar processos permanentes de organização institucional e mobilização dos atores sociais locais e no desenvolvimento de estratégias (REIS, 2006).

No ambiente do território interagem as organizações comunitárias, as unidades empresariais, as redes de infraestrutura e os intermediários comerciais e financeiros. O território é resultante da relação da sociedade com o espaço, quando se incorporam neste as relações econômicas e de produção daquela. Para que se tenha um território é necessário que a sociedade ou grupos sociais se apropriem do espaço físico, ampliem e utilizem as inovações tecnológicas e que exista um sentimento de “pertencimento”, ou seja, a identificação histórica da sociedade com o seu território.

No Brasil, novas perspectivas de estudo do desenvolvimento territorial vêm substituindo a visão tradicional baseada na dicotomia rural-urbana, que confundia o rural com o agrícola, por uma visão sobre o mundo rural baseada na possibilidade dos territórios rurais incluírem também as pequenas cidades do “interior”. Assim, seriam possíveis novas alternativas de ocupação e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população (MORAES, 2008). Isto é de grande relevância para o estudo de regiões com muitos municípios pequenos e/ou com grande contingente de população rural, como é o caso da região Vale do Caí. Essas novas perspectivas sobre o mundo rural se apoiam em argumentos que abrem a possibilidade de o território rural oferecer alternativas de emprego e renda. Mas, para isso, o território rural tem que utilizar o seu potencial local, aproveitar as suas características históricas e culturais particulares e, também, estar integrado socioeconomicamente com o seu entorno e com o exterior. Estes são os contornos

que poderão levar a uma nova ruralidade e contribuir para o desenvolvimento local dos territórios rurais.

No debate brasileiro dos últimos anos, da mesma forma que na Europa desde a década de 1970, verifica-se uma mudança de visão nas novas abordagens utilizadas para compreender o papel do “rural” no desenvolvimento regional do país. Essas novas abordagens de estudo do desenvolvimento territorial rural tendem a substituir a visão tradicional que descrevia o rural como sinônimo de agrícola e o urbano como base exclusiva dos setores industrial e de serviços. Além disso, no estudo das dinâmicas dos territórios rurais podem ser encontradas aglomerações produtivas na forma de sistemas produtivos localizados com características agroalimentares. Pelas diversificadas características (históricas, ambientais, socioeconômicas, institucionais, políticas e organizacionais) e complexas relações dentro de um sistema produtivo agroalimentar, o desenvolvimento deste permanece como uma meta a ser perseguida pelas diversas políticas públicas, instituições e atores sócio-políticos locais do território, quando se busca o desenvolvimento dos territórios rurais.

2.1 Desenvolvimento territorial rural

No Brasil, a modernização “conservadora” da agricultura – quando o *rural-agrícola* cumpriu o seu papel funcional de fornecimento de trabalhadores, alimentos, matérias-primas, divisas e outros recursos para o setor *urbano-industrial* – provocou um grande fluxo de população, atraída pelas cidades e expulsa pela pobreza e pelo isolamento rural. Esse processo de migração rural-urbana gerou uma *favelização* dos grandes centros urbanos, pois o setor urbano-industrial brasileiro não teve capacidade para absorver todo esse *excedente* de população rural.

Se no período de modernização os sinais de bem-estar indicavam para o progresso industrial e a vida nas cidades, agora, com a crise do modelo, já se verifica um maior interesse pelos valores tradicionais atribuídos à organização social das áreas rurais. Essa revalorização do *local*, a capacidade de organização e de pressão dos atores sociais e os resultados das políticas públicas reforçam a importância da participação do rural nos territórios. Como consequência do declínio da sua importância, a agricultura modernizada “fordista” vai se tornando multifuncional e o território rural começa a ser caracterizado pela diferenciação produtiva e por um processo de integração territorial dos setores, podendo haver uma interrupção do fluxo migratório em direção aos centros urbanos (BASILE & CECCHI, 2001).

Para Abramovay (2000), as dinâmicas de algumas regiões rurais, em função dos menores custos de reprodução da força de trabalho e da proximidade resultante da expansão da infraestrutura de transportes e comunicações, demonstram que a ruralidade não impede a geração de empregos. Muitas regiões rurais europeias estão inseridas em algumas das zonas mais dinâmicas, no interior de alguns países, ajudando na geração de novos empregos. Para as regiões rurais que ainda estão procurando o caminho para o seu desenvolvimento, as dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento de outras regiões rurais, mais prósperas, podem representar modelos alternativos de trajetórias de desenvolvimento para elas, embora se reconheça a diversidade e a importância das características locais de cada território.

Atualmente, no Brasil, um tema que vem sendo debatido nos encontros de especialistas em desenvolvimento rural é o planejamento para o desenvolvimento das áreas rurais. Nesse debate, discute-se a necessidade da presença de organizações administrativas intermediárias, formais ou informais, entre os municípios e os

estados da federação e estão sendo incluídas na pauta de discussão, as definições e conceitos de território rural e de desenvolvimento territorial. Estas organizações teriam a tarefa de construir conjuntamente projetos estratégicos de desenvolvimento com a participação da sociedade local, das diferentes instituições e das três esferas de poder Estatal, semelhante ao que se busca no caso da região Vale do Caí.

Na tentativa de estabelecer uma ponte hierárquica entre os significados de rural e local nos programas de desenvolvimento, Wanderley (2001) argumenta que os programas de desenvolvimento local, em vez de substituir o desenvolvimento rural, incorporam este como parte integrante, sem anular as particularidades de cada um. Acontece onde a diversidade e a proximidade são fontes de integração e cooperação e, ao mesmo tempo, de tensões e conflitos, configurando uma rede de relações recíprocas e complexas. A autora conclui afirmando que se a vida local é o resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desenvolvimento local, entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural dessa sociedade, não pode supor o fim do rural (WANDERLEY, 2001). Ou seja, o desenvolvimento rural e o desenvolvimento local são duas faces de uma mesma moeda.

Na última década, começaram a surgir estudos baseados na abordagem territorial do desenvolvimento rural, na qual as perspectivas do *local* e do *endógeno* estão presentes. Neste ponto, é referência obrigatória o texto de Schejtman e Berdegué (2003), onde estes descrevem, de forma sistemática, a evolução do enfoque territorial e os conceitos e critérios operativos da abordagem centrada no Desenvolvimento Territorial Rural (DTR). Além da permanente preocupação com a pobreza rural, esses autores reforçam o propósito de a produção se articular, de forma competitiva e sustentável, com a economia interna do território e com mercados externos dinâmicos. Além disso, segundo eles, o desenvolvimento institucional tem o propósito de estimular e facilitar a interação e a articulação dos atores locais, entre si e com os agentes externos relevantes. Assim, considerando o desenvolvimento rural como um processo de mudança social com o objetivo de promover ações articuladas, locais e endógenas, nos territórios rurais, estes passam a ser interpretados como novas unidades de referência e mediação para as ações e políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Então, quando se utiliza o termo “dinâmica territorial rural”, como sendo o ambiente onde é possível, ao mesmo tempo, a utilização das potencialidades próprias do território e o aproveitamento das oportunidades externas, de diversas formas, se constituem numa dinâmica socioeconômica local diferenciada de desenvolvimento rural, instrumentalizada e mediada através de suas aglomerações produtivas (CORREA,2004; SABOURIN,2002; SCHEJTMAN e BERDEGUÉ,2003; SCHNEIDER,2003). As ligações e as relações entre o *global* e o *local* dentro dos territórios são realizadas utilizando-se as articulações entre os referenciais teóricos do institucionalismo, da abordagem territorial do desenvolvimento e das aglomerações produtivas locais-territoriais, no caso dos territórios rurais, denominadas de Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs), descritos a seguir.

2.2 Os sistemas agroalimentares localizados (SIALs)

Com as mudanças ocasionadas pela reestruturação do capitalismo global, modernização tecnológica dos processos produtivos agrícolas e crescente acesso das famílias rurais aos diversos mercados (trabalho, bens e serviços e fatores de produção), as aglomerações produtivas agroalimentares locais vêm caminhando para

uma crescente integração socioeconômica (SCHNEIDER, 1999). Esse processo vem acontecendo desde o final da década de sessenta nos territórios rurais do sul do Brasil, onde a estrutura agrária é caracterizada pela agricultura familiar.

Segundo Schneider (1999), o conjunto das relações sociais de trabalho e de produção, através das quais se dá a articulação da agricultura familiar com uma determinada indústria e integra um complexo sistema de relações multidimensionais, é o que constitui um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Estes possuem uma historicidade e uma especificidade, tanto em relação ao exterior como entre eles. Assim, nos SIALs há uma relação muito próxima entre os modos de produção dos bens e serviços, as preferências dos consumidores e a economia rural centrada na transformação e na comercialização de produtos vindos, predominantemente, de unidades rurais familiares de pequena escala (MUCHNIK, 2002).

Apesar da relevância das unidades agroalimentares de pequena dimensão nos SIALs, é certo também que estão presentes unidades de média ou de grande escala com características bem diferentes em relação aos vários aspectos organizacionais e produtivos. Os sistemas são muito dinâmicos, porque algumas unidades evoluem para modelos produtivos maiores ou para modelos mais ou menos "tradicionais", algumas desaparecem e outras emergem ou são criadas. No entanto, um SIAL não pode ser formado exclusivamente por médias ou grandes empresas, pois assim a dinâmica de interação entre elas e a troca de informações favorecidas pela proximidade estariam comprometidas (REQUIER-DESJARDINS, 2002).

No ambiente local, dentro de um determinado território rural, formado pelas áreas e pelas pequenas cidades, é onde interagem as instituições, as organizações sociais, as unidades familiares de trabalho e de produção agrícola (UFTP), as empresas, as redes de infraestrutura e os intermediários comerciais e financeiros. A estruturação das unidades em torno de uma ou de algumas atividades comuns implica a necessidade de uma acertada coordenação entre os atores. Embora esta coordenação possa ser simplesmente de caráter comercial, a condição de proximidade e de pequena escala implicam relações de confiança que podem ser mais ou menos fortes entre os diversos atores que formam o sistema (CORREA, 2004). Para isso, é necessário o desenvolvimento de instituições democráticas, representativas, transparentes e capacitadas, que possibilitem o planejamento com a participação dos atores locais. Além disso, é preciso que estejam presentes mecanismos de gestão que articulem o Estado e as demais instituições com a economia e a sociedade local.

Como a definição dos SIAL destaca o local e o papel dos atores dentro do sistema, na forma de organização e no processo de desenvolvimento, a área ocupada pelas unidades de produção agrícola deve estar incluída no território representado pelo SIAL. No entanto, a distância entre as empresas, a densidade por unidade de superfície e o grau de concentração variam conforme o tipo de indústria, a natureza da matéria-prima e o processo de evolução do território.

Porém, é muito comum em territórios brasileiros, em regiões do interior, onde há a presença de cidades pequenas e médias, com uma concentração maior de população urbana, a presença de alguns tipos específicos de aglomerações produtivas com atividades diversificadas. Estas são formadas por atividades agroalimentares ou agroindustriais e, ao mesmo tempo, por outras atividades industriais e de serviços, direta ou indiretamente ligados às agroalimentares.

3. A Região Vale do Caí e as atividades agroalimentares

A região foi colonizada predominantemente por brasileiros de origem lusa, desde 1740, e por imigrantes alemães a partir de 1827. A pesquisa abrange os 19 municípios que fazem parte da região administrativa do Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDE) do *Vale do Caí*, que tem uma área de 1.854 km² e contempla os municípios: *Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real*. Muitos destes municípios têm se destacado em relação a algumas variáveis indicadoras de desenvolvimento, tais como altos índices de alfabetização e distribuição de renda.

A região se destaca em âmbito estadual na produção de tangerina (bergamota), tendo, em 2003, aproximadamente 8 mil hectares cultivados. Os principais municípios produtores são Montenegro, Pareci Novo, Harmonia, São José do Sul e São Sebastião do Caí (IBGE, 2009). Quanto à produção de laranja, a região tem mais de 4 mil hectares de pomares comerciais, sendo os principais municípios produtores São Sebastião do Caí, Harmonia, Tupandi, Pareci Novo e Montenegro (IBGE, 2006). A citricultura corresponde a quase 60% da produção agrícola da região, que concentra também 30% do processamento de carnes de aves e de suínos do Estado (IBGE, 2009).

Os indicadores econômicos (PIB agropecuário, valor da produção agrícola, emprego, etc.) e, principalmente, os dados relacionados com a produção e processamento de produtos agroalimentares foram importantes na identificação das potencialidades locais-regionais, fazendo um mapeamento das condições produtivas reais da região, visando à aplicação de políticas adequadas ao desenvolvimento regional. Os dados secundários específicos, como a produção agropecuária, valor da produção e área média das atividades agrícolas dos estabelecimentos foram obtidos, basicamente, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Censo Agropecuário de 2006 e produção agropecuária municipal, de diversos anos). Informações gerais sobre os municípios da região e sobre a produção agropecuária desses municípios foram obtidos na Fundação de Economia e Estatística (FEE), Emater, Embrapa e algumas prefeituras municipais da região. Os dados para as projeções de mercado de alguns produtos agropecuários são do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento. Outras informações sobre perspectivas, projeções e potencialidades de algumas atividades agroalimentares e agroindustriais foram obtidas através de pesquisas bibliográficas e documentais.

Para a identificação do potencial das atividades agroalimentares/agroindustriais e o grau de concentração das atividades na região, as principais bases da tipologia dos SIALs, foi utilizado o Quociente Locacional (QL), a medida de especialização regional mais utilizada nos estudos sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs), Clusters e Sistemas Produtivos Localizados (SPLs). Paiva (2004) sugere uma adaptação deste QL para os territórios rurais e particularmente para a identificação dos diferentes segmentos produtivos rurais ou produtos agrícolas. A sugestão é de que um QL “rural” seja calculado da seguinte forma:

$$QL = \frac{\frac{\text{Valor da produção do produto agrícola Y no município X}}{\text{Valor total da produção agropecuária do município X}}}{\frac{\text{Valor da produção do produto agrícola Y na região Vale do Caí (VC)}}{\text{Valor total da produção agropecuária da região Vale do Caí (VC)}}$$

Esta parece ser uma forma capaz de demonstrar as potencialidades dos territórios rurais. Quando se têm dados confiáveis sobre ocupação e emprego rural é possível calcular o QL em termos de percentual de trabalhadores ocupados ou contratados em cada atividade ou produto agropecuário, do município em relação à região/Corede Vale do Caí (VC). Mas quando é o caso de regiões como o Vale do Caí, com grande quantidade de agricultores familiares que trabalham ao longo do ano em várias atividades diferentes ao mesmo tempo e de forma informal, a melhor alternativa é calcular o QL utilizando os valores da produção agropecuária. As variáveis relacionadas com a quantidade, valor e grau de concentração da produção agropecuária dos municípios da região foram consideradas representativas das relações do rural-regional com as cadeias agroalimentares e agroindustriais e a geração de renda e emprego com os mercados.

Foi possível analisar o potencial de desenvolvimento regional, nos próximos anos, de alguns segmentos das cadeias produtivas do leite e derivados, de plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares (MACs), também denominados de “temperos e chás”, e de carnes, na região. Foram realizados alguns cruzamentos e análises das informações sobre o potencial da produção agropecuária regional e as oportunidades de mercado. Em consequência, identificaram-se indícios de um processo de formação de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) na região *Vale do Caí*, como instrumento de política de redução das desigualdades socioeconômicas e de desenvolvimento regional.

A seguir, descrevem-se, sinteticamente, alguns resultados gerais do estudo da situação e as perspectivas dos mercados de leite e derivados, plantas MACs e dos mercados de carnes suína, bovina e de frango.

3.1 Perspectivas para os produtos derivados do leite

Nas três últimas décadas, o consumo de leite e derivados no Brasil aumentou em torno de 60%, passando de um consumo per capita de 100 litros de leite e derivados por ano, para um consumo atual de aproximadamente 170 litros por habitante (MILKPOINT, 2012). O consumo ainda abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde, que é de 200 litros per capita por ano. Este acréscimo é atribuído ao crescimento populacional assim como a melhoria na renda, trazida pelo reajuste do salário mínimo acima da inflação. Além disso, a diversificação na produção de derivados, o aumento na produção interna e a melhoria na qualidade da produção primária de leite foram responsáveis por este aumento.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o IBGE (2011), há 442.564 mil estabelecimentos rurais, com uma área de 19,7 milhões de hectares, sendo que 90% destes estabelecimentos têm área de até 50 ha e ocupam apenas 24% da área total. Segundo dados do Programa Balde Cheio, apud PROJETO COCAP (2012), o Rio

Grande do Sul tem 141 mil produtores de leite, que produzem atualmente 3,2 bilhões de litros de leite, sendo que 66% destes produzem menos de 50 litros de leite por dia (representam 30% da produção total) e 11% produzem entre 50 e 100 litros por dia. A maior parte da produção de leite é realizada em estabelecimentos familiares com área de até 20 hectares, com uma produtividade média muito baixa, em torno de 1.600 litros por vaca/ano (PROJETO COCAP, 2012).

Como em outras diversas regiões do Rio Grande do Sul, a região Vale do Caí possui características climáticas, agrárias e geográficas favoráveis para a expansão da atividade leiteira. Porém, questiona-se a atratividade do leite como atividade econômica, de forma a garantir a manutenção de taxas de crescimento da produção e de oferta igual a dos últimos anos, embora estas ainda tenham permanecido abaixo da demanda do mercado interno.

Tecnologias, alimentação adequada e raças de animais, ainda pouco utilizadas pela grande maioria dos produtores familiares da região, poderão ser incorporadas conforme as recomendações técnicas das instituições responsáveis pela assistência técnica a esses agricultores familiares. Com isso, espera-se, para a região, uma elevação do nível tecnológico da produção e beneficiamento do leite, através da maior produção e uso de alimentação mais adequada (incluindo a opção da cana-de-açúcar) e do aumento na utilização de animais de raças mais produtivas, como Jersey e Holandesa.

Os atores envolvidos com a produção leiteira da região destacam a relevância da atividade na propriedade e a importância socioeconômica da produção de leite. Esta importância se deve ao fato de a produção leiteira ser uma boa alternativa de produção para as pequenas propriedades familiares, porque pode aproveitar melhor as áreas de campo da região, e o grande potencial de mercado, representado pela pouca distância da região até a região metropolitana de Porto Alegre. Diferentemente de outras atividades agropecuárias, o leite disponibiliza uma renda mensal e tem grande potencial de rentabilidade e retorno do capital investido.

3.2 Potencial de mercado para plantas medicinais, aromáticas e condimentares (MACs) ou “chás e temperos”

Cada vez mais, torna-se necessário o estudo de cultivos alternativos, visando à diversificação produtiva, que sejam rentáveis e adaptados às condições de clima, solo e topografia de cada território. Além disso, essas alternativas devem utilizar, também, aquela parcela de pessoas que em algumas épocas do ano ficam sem trabalho na região. Da mesma forma, é necessário ampliar as possibilidades de geração de empregos pela diversificação da economia agrícola da região, através da implantação ou criação de novas empresas, neste caso, impulsionadas pela possibilidade de agregação de valor ao longo da cadeia produtiva das plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares (MACs). Estas espécies de plantas podem ser utilizadas como matéria-prima para a produção de chás e temperos e para as indústrias de óleos essenciais e de fitofármacos.

Visando estimular o desenvolvimento tecnológico e deixar mais flexíveis os limites para a expansão da cadeia produtiva de plantas MACs, após estudos sobre a legislação internacional, foi proposto e tramita na Câmara Federal o projeto de lei nº 3381/04. Essa proposta cria uma nova categoria de produtos, a dos *produtos de origem natural para a promoção da saúde*, que está perfeitamente adequada à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos - PNPMF. Essa política

abrange questões importantes para o desenvolvimento regional-local e da atividade, como o fortalecimento da agricultura familiar, da base produtiva e da inovação local. Além disso, pretende favorecer a competitividade da indústria nacional e ampliação das opções terapêuticas ofertadas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A maior parte da produção brasileira de plantas MACs deriva de um processo extrativista, que vem perdendo espaço para o cultivo doméstico, devido à legislação sanitária e ambiental, da pressão das indústrias por matérias-primas de qualidade e com maior regularidade de oferta. Devido a esses fatores e ao aumento do consumo de medicamentos fitoterápicos, energéticos, óleos essenciais, chás e temperos, a produção de plantas MACs, também conhecidas pelo termo genérico de “chás e temperos”, teve um grande crescimento e passou a ser vista como uma boa alternativa para agricultores familiares. Mesmo existindo uma grande demanda potencial por esse tipo de plantas, os produtores ainda não estão preparados para atender as exigências desse mercado.

Desde a década de 1990, vários laboratórios brasileiros vêm aumentando a produção de produtos a base de plantas MACs e provocando uma maior demanda por essas matérias-primas. Esse crescimento tem provocado, também, o aumento da área de cultivo agroecológico dessas plantas. As atividades de produção, processamento e distribuição de plantas MACs (“chás e temperos”) apresentam boas oportunidades de mercado, incluindo a produção agrícola, secagem, empacotamento e extração de óleo essencial para as indústrias de alimentos e bebidas, cosméticos, fitoterápicos, fitofármacos e corantes.

No entanto, por falta de uma ação mais integrada, com o objetivo de agregar valor, melhorar a qualidade e promover os produtos, a produção ainda é quase toda transferida *in natura* para os atacadistas. Verifica-se um crescimento potencial de outros setores industriais que também utilizam essas plantas, principalmente os de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos.

Sugere-se que as políticas públicas (municipais, estaduais e federais) visando o desenvolvimento regional-local adotem incentivos para o desenvolvimento da produção de plantas medicinais e criem programas com o objetivo de expandir as atividades dos setores de produção de plantas medicinais *in natura* e de medicamentos fitoterápicos. Para melhores resultados, esses programas de desenvolvimento da cadeia produtiva das plantas MACs devem estar perfeitamente adequados com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – PNPMF.

3.3 Projeções dos mercados de carnes: sína, bovina e de frango

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (BRASIL, 2012), as projeções de produção de carnes no Brasil indicam um alto crescimento nos próximos anos. Entre as carnes, as que projetam maiores taxas de crescimento da produção nos próximos 10 anos é a carne de frango, que deve ter um crescimento anual de 4,2%, e a bovina, com um crescimento projetado de 2,1% ao ano, no mesmo período. Enquanto que, a produção de carne suína poderá ter um crescimento projetado de 2,0% ao ano, suficiente para atender ao consumo doméstico e às exportações.

As projeções do consumo mostram preferência crescente dos consumidores brasileiros pela carne de frango. O crescimento projetado é de 2,7% ao ano no período 2011/2012 a 2021/2022. Isso significa um consumo interno de 12,8 milhões de toneladas daqui a 10 anos, e de 9,4 milhões de toneladas para a carne bovina. A carne

bovina assume o segundo lugar no aumento do consumo com uma taxa anual projetada de 2,0%, de 2012 a 2022. Em nível inferior de crescimento situa-se a projeção do consumo de carne suína, de 1,8% ao ano na próxima década (BRASIL, 2012).

Quanto às exportações, há expectativas de elevadas taxas de crescimento para os três tipos de carnes analisados. As estimativas projetam um quadro favorável para as exportações brasileiras. As carnes de frango e de suínos lideram as taxas de crescimento anual das exportações para os próximos anos – a taxa anual prevista para carne de frango é de 3,0%, e para a carne suína de 2,2%. A carne de frango foi destinada a 145 países, sendo o Japão o principal comprador e a carne suína teve 74 países de destino, sendo a Rússia o principal. O crescimento das exportações de carne bovina deve situar-se numa média anual de 2,1%. Em 2011 a carne bovina foi destinada a 135 mercados, sendo o principal a Rússia (BRASIL, 2012). A expectativa é que esses mercados se consolidem de forma crescente para que sejam factíveis as projeções realizadas.

4. Potencial de produção agroalimentar e agroindustrial da Região Vale do Caí

Este estudo buscou subsídios para a elaboração de uma política de desenvolvimento regional que considere as oportunidades externas e, ao mesmo tempo, as diferentes dinâmicas e potencialidades territoriais locais. Por isso, visando o desenvolvimento rural-regional, a pesquisa procurou identificar as oportunidades de mercado e as potencialidades locais de atividades produtivas agroalimentares. Mais especificamente, o estudo buscou analisar o potencial das principais atividades produtivas agroalimentares e agroindustriais da região *Vale do Caí* como dinamizadoras do desenvolvimento socioeconômico local.

Os municípios de Montenegro e Capela de Santana pertencem, também, à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). A distância média entre Porto Alegre e os principais municípios da região Vale do Caí é de aproximadamente 60 km, com um tempo de percurso de menos de uma hora. Na RMPA vivem em torno de 4 milhões de habitantes, quase 43% da população urbana do Rio Grande do Sul, com uma densidade demográfica de mais de 405 hab./km², uma taxa de urbanização de mais de 96% e mais de 35% dessa população está localizada em Porto Alegre (FEE, 2012). Sem dúvida, a RMPA é um dos mais importantes mercados brasileiros para produtos agroalimentares e agroindustriais.

A área média dos estabelecimentos rurais da região é de 11,8 ha, destacando-se, principalmente pelo alto percentual da área total média dos estabelecimentos: áreas de pastagens naturais (potreiros) em Capela de Santana (14,0 ha); áreas de lavouras permanentes (frutas basicamente) em São Pedro da Serra (8,9 ha) e Pareci Novo (5,2 ha); áreas de reflorestamento (florestas plantadas) de Brochier (5,6 ha), Montenegro (5,9 ha), Salvador do Sul (5,6 ha) e Maratá (5,0 ha), todas estas com mais de 30% da área total do estabelecimento.

Montenegro e Capela de Santana, em função das suas características morfológicas, predominando as áreas de campos e planícies, são os grandes produtores de bovinos na região. Merece destaque, também, a produção de frangos e galinhas nos municípios de Salvador do Sul, Montenegro e Bom Princípio, todos com mais de 1 milhão de cabeças por ano. A produção de suínos é alta nos municípios de Tupandi (47,9 mil cabeças), Montenegro (36,2 mil cabeças) e Maratá (33,4 mil

cabeças). Além das informações básicas sobre a estrutura de produção, foi necessário realizar um diagnóstico das principais atividades produtivas agroalimentares e agroindustriais e um estudo da relevância econômica dessas atividades para cada um dos municípios da região, assim como, das oportunidades de mercado para esses produtos, apresentados no capítulo anterior.

Quase metade (R\$ 47 milhões) do valor total da produção animal da região (R\$ 101,2 milhões) teve origem na produção de ovos de galinha (R\$ 45 milhões), com grande destaque, no município de Salvador do Sul. Além deste, também Alto Feliz e Montenegro têm como significativa fonte de renda a produção de ovos. Esta atividade representa mais de 80% do total da produção pecuária e aproximadamente 20% de toda a produção agropecuária da região, com um grau de concentração e dependência em relação a este produto maior em Salvador do Sul e Alto Feliz.

O valor total da produção agroalimentar e agroindustrial (agropecuária) da região foi de quase R\$ 400 milhões, em 2011. Um terço desse montante foi gerado nos municípios de Montenegro, com 18,4% do total, 47% deste sendo originado na produção de tangerina, e de Salvador do Sul, com quase 15% do total, sendo que 76% deste teve origem na produção de ovos de galinha.

Os critérios básicos para determinar a importância de cada uma das atividades agroalimentares e agroindustriais (agropecuárias) foram as quantidades produzidas por essas atividades em 2011, o valor dessa produção e o grau de concentração dessas atividades em cada município, medido através do Quociente Locacional (QL). Quanto maior for o valor deste, maior é a importância econômica da atividade para o município, em relação à região.

As atividades agroflorestais, que agrupam as atividades ligadas, principalmente, à produção de lenha e carvão vegetal, retirados de florestas nativas e cultivadas. Ainda há a silvicultura para a produção de madeira em toras e casca utilizada em curtumes (produção de couro na cadeia produtiva do calçado). Essas atividades produziram quase R\$ 53 milhões em 2011. A silvicultura, principalmente por meio do cultivo de eucalipto, produz mais de 80% do total da renda gerada pelas atividades agroflorestais na forma de lenha e carvão vegetal e o restante se divide entre madeiras em toras e o cultivo de acácia-negra para a retirada da casca. Os municípios que se destacam na produção agroflorestal e produção de lenha e carvão são: Barão, Brochier, Salvador do Sul e Montenegro.

Os municípios que apresentam maiores graus de concentração (QL) do conjunto das atividades agroflorestais na região são: Barão (QL=4,1), Brochier (QL=2,5) e Linha Nova (QL=2,3). Com relação ao conjunto de atividades agroflorestais, é importante destacar que algumas dessas atividades têm uma importância significativa para alguns municípios da região, quando comparado com a produção da região dessas mesmas atividades. Este é o caso da produção de lenha no município de Barão, com um Quociente Locacional (QL) igual a 4,1. Isto significa um grau de concentração 4,1 vezes maior do que no restante da região.

Alguns municípios, mesmo tendo uma baixa produção agropecuária, estão diversificando a sua produção agrícola, neste caso específico, com espécies de frutíferas arbóreas diferentes das cultivadas nos demais municípios da região. Em termos de dependência ou importância econômica da produção das lavouras permanentes para o município (QL), tem destaque a produção de uva em Alto Feliz (QL=4,6) e São Vendelino (QL=3,9), a produção de laranja em Harmonia (QL=3,0), Tupandi (QL=3,6) e São José do Hortêncio (QL=2,4) e a produção de tangerina em Pareci Novo (QL=2,7), Montenegro (QL=2,3) e Harmonia (QL=2,3).

O valor da produção das lavouras permanentes da região, em 2011, ultrapassou R\$ 150 milhões, praticamente toda ela gerada pela produção de frutas, sendo que mais de 80% desse total vem da produção de tangerina, com mais de R\$ 80 milhões, e laranja, com quase R\$ 40 milhões. Por conta dessa grande produção de laranja e tangerina, destacam-se na produção gerada pelo conjunto das lavouras permanentes os municípios de Montenegro, Harmonia, Pareci Novo e Tupandi.

Alguns municípios da região apresentam um grau de concentração (QL) e dependência relativamente alto, em termos de valor da produção das lavouras temporárias, no seu conjunto, como é o caso de Bom Princípio (QL=2,4) e Linha Nova (QL=2,0). Nestes, o valor da produção é pelo menos duas vezes (QL≥2,0) mais concentrada que o valor da produção dessas atividades em relação ao total da agropecuária da região (Tabela 01).

Tabela 01 – QL da Produção das Lavouras Temporárias da Região Vale do Caí

QL	Alho	Amenc	Arroz	Batadoc	Batating	Cana	Cebola	Feijão	Mandio	Melan	Melão	Milho	Tomate	TOTAL
ALTO FELIZ	-	1,3	0,0	0,7	5,5	0,3	1,3	0,5	0,4	-	-	0,8	2,4	0,6
BARÃO	4,7	1,3	0,0	2,2	3,6	0,5	3,0	1,3	0,2	0,0	0,1	1,8	1,0	0,7
BOM PRINCÍPIO	2,9	4,6	0,0	4,6	2,2	3,6	1,8	3,8	1,6	0,2	7,8	2,9	4,4	2,4
BROCHIER	0,5	0,6	0,0	1,0	0,8	0,8	0,4	2,4	1,6	0,2	0,1	1,0	0,1	1,1
CAPELA de SANTANA	-	-	16,8	-	-	0,6	0,2	0,3	1,2	7,7	0,8	0,3	0,3	2,2
FELIZ	2,5	2,2	0,1	3,7	0,7	1,7	2,9	1,9	1,5	0,1	2,9	1,4	4,2	1,6
HARMONIA	1,4	0,2	0,0	0,1	0,2	0,5	0,5	0,2	0,3	-	-	0,7	-	0,3
LINHA NOVA	3,9	9,5	0,1	7,5	6,0	3,3	4,4	2,9	1,1	0,2	0,5	2,4	7,2	2,0
MARATÁ	2,8	1,7	0,1	1,0	1,1	1,9	1,2	1,4	1,3	0,5	0,1	2,2	0,4	1,2
MONTENEGRO	0,3	0,1	1,5	0,2	0,0	0,6	0,1	0,3	1,1	2,6	0,2	0,2	0,1	0,9
PARECI NOVO	-	-	-	0,1	-	0,7	-	0,5	0,7	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4
SALVADOR DO SUL	0,3	0,1	0,0	0,4	0,5	0,2	0,9	0,3	0,1	-	-	0,8	0,0	0,2
S. JOSÉ HORTÊNCIO	1,1	1,3	0,0	2,1	0,2	4,5	1,1	1,6	2,3	0,3	1,3	1,9	1,3	1,9
S. JOSÉ do SUL	0,5	0,2	-	0,1	0,1	1,0	0,4	0,5	1,6	0,3	-	1,0	0,1	1,0
S. PEDRO da SERRA	0,7	1,3	0,0	0,4	3,5	0,9	2,0	1,4	0,3	-	-	2,8	0,5	0,8
S. SEBASTIÃO do CAÍ	1,4	0,4	-	0,5	0,1	0,2	3,3	1,0	1,6	2,1	6,1	1,0	2,1	1,6
S. VENDELINO	-	2,2	0,1	0,9	1,6	3,2	-	0,9	0,9	-	-	3,4	-	1,2
TUPANDI	0,9	0,4	0,0	0,7	0,6	0,6	0,6	1,3	0,6	0,2	0,1	0,5	0,1	0,5
VALE REAL	-	5,1	0,0	2,2	3,0	1,2	0,6	0,9	2,7	-	-	0,5	5,5	1,8

Fonte: Valores calculados a partir de dados do IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

A produção das lavouras temporárias gerou, em 2011, uma renda total de mais de R\$ 90 milhões, sendo quase metade dela originada pela produção de mandioca, com grande parte dela não sendo destinada ao mercado. Depois, aparecem a produção de milho (R\$ 14 milhões), melancia (R\$ 6,9 milhões), melão (R\$ 5,6 milhões), arroz (R\$ 4,7 milhões), cana-de-açúcar (R\$ 4,6 milhões) e tomate (R\$ 4,2 milhões). Embora seja o município que tem o maior valor isolado de renda gerada nesse grupo de atividades (R\$ 14,6 milhões), Montenegro tem um baixo grau de concentração (QL) porque apresenta uma baixa dependência em relação a essas atividades, pois tem uma pauta de produção agropecuária, geradora de renda, bastante diversificada.

De forma complementar, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTE sobre contratações formais em atividades agroalimentares selecionadas da região, confirmam a importância de algumas atividades para alguns municípios. Este é o caso quando se verifica que o número total de contratações nos cinco anos (2008 a 2012) foi bastante expressivo nas

atividades “abate de suínos e aves” e “fabricação de produtos derivados de carne” em Montenegro, São Sebastião do Caí e Harmonia e na de “criação de aves” em Alto Feliz, Maratá e Salvador do Sul.

Considerações Finais

O que justificou a realização deste trabalho foi a constatação de que nas políticas que visam o desenvolvimento regional e a superação da pobreza é possível distinguir dois enfoques principais. Um de orientação exclusivamente assistencial e de curto prazo e outro com o objetivo de identificar e impulsionar novos projetos produtivos e atividades geradoras de renda e de oportunidades de trabalho em nível local. Este último tem a finalidade de criar fontes endógenas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável e, assim, complementar as ações redistributivas de curto prazo. Por isso, para promover o desenvolvimento de um determinado território (região, município ou grupo de municípios), além de aproveitar as oportunidades de mercado, é necessário estudar o grau de aproveitamento dos seus recursos e as potencialidades endógenas.

No estudo das alternativas produtivas da região *Vale do Caí* foi considerada de grande relevância a possibilidade de que as mesmas possam contribuir para a eficácia de medidas e políticas de desenvolvimento regional-rural. Estas podem aproveitar o potencial endógeno do território, a capacidade produtiva da agricultura familiar da região e as oportunidades de mercado oferecidas, principalmente, pelo alto potencial de consumo do contingente populacional da região metropolitana de Porto Alegre. Além do fato de poderem se adaptar muito bem à agricultura familiar da região espera-se, também, que as atividades agroalimentares sejam dinamizadoras e transformadoras da realidade socioeconômica em escala regional e tenham substancial efeito multiplicador na geração de renda e de ocupações para a população desse território.

Espera-se que seja possível a promoção do desenvolvimento socioeconômico regional através do atendimento das necessidades sociais, da ampliação da democracia local nas decisões econômicas e da implantação de atividades produtivas locais mais rentáveis e geradoras de postos de trabalho. Entre estas, aparecem com grande potencial de contribuição para alavancar e promover o desenvolvimento socioeconômico de uma região as atividades de produção, processamento e distribuição de produtos agroalimentares. Estas, além de geradoras de renda e ocupações agrícolas, são consideradas multiplicadoras de renda e de emprego em outras atividades, industriais ou de serviços, locais.

Para a região Vale do Caí, a produção leiteira mostra-se como uma alternativa muito consistente, pois pode representar um caminho para a geração de oportunidades de trabalho e renda para os agricultores familiares locais. No sentido de agregar valor ao produto leite, é necessário que haja investimentos tanto na produção primária de leite resfriado como na de derivados - como queijo, iogurte e demais produtos lácteos - para que seja possível ampliar o horizonte de produção. Com a produção de leite abre-se a possibilidade de investimentos, também, na produção e comercialização de rações e outros insumos para os rebanhos. Além disso, a geração de muitos postos de trabalho, indiretamente, poderá beneficiar grande parte da população e do comércio da região, pois a cadeia do leite tem grande potencial para a geração de empregos e para a multiplicação de investimentos locais.

O cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares (MACs) e o seu processamento na região *Vale do Caí*, onde predomina uma estrutura agrária com pequenas propriedades familiares, tem grande potencial para ser uma alternativa para esses agricultores familiares, porque oferece a possibilidade de uma renda satisfatória e é compatível com as condições edafoclimáticas da região. O processamento agroindustrial dessas plantas, principalmente para a produção de óleos, tinturas e essências, oferece a possibilidade de grande agregação de valor, porque pode gerar um produto com preço e potencial de demanda em alta nos mercados interno e externo. Com relação à produção animal na região, tem grande potencial de crescimento a produção de aves e suínos, aliada a produção de ovos de galinha, e o segmento de processamento de derivados de carne bovina, suína e de aves.

O conjunto das principais atividades ou segmentos de algumas cadeias produtivas agroalimentares presentes, ou com potencial de expansão, na região Vale do Caí, por serem grandes geradoras de oportunidades de trabalho e de renda, podem ser o embrião para a formação de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) na região. Portanto, por serem importantes na dinâmica socioeconômica de desenvolvimento regional, poderão potencializar o desenvolvimento sustentável da região Vale do Caí.

Para se ter uma ideia mais clara do potencial e das estratégias de desenvolvimento das atividades agroalimentares na região, será necessário ainda, num segundo momento, aprofundar o estudo em cada um dos segmentos dessas cadeias, incluindo as estratégias dos agricultores familiares, cooperativas, agroindústrias e demais empresas locais do setor agroalimentar regional. Além disso, será preciso, também, conhecer as condições e necessidades de financiamento, crédito, assistência técnica, outros mercados, tecnologia e infraestrutura para cada um desses segmentos presentes na região.

Referências

ABEF. Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango. **Estatísticas: mercado mundial**. Disponível em: <http://www.abef.com.br/ubabef/publicacoes_relatoriosanuais.php>. Acesso em 20/5/2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. *Texto para Discussão* n° 702 – IPEA – Rio de Janeiro: 2000.

BASILE E. & CECCHI C. **La trasformazione post-industriale della campagna. Dall'agricoltura ai sistemi locali rurali**. Torino, Rosenberg & Sellier. 2001.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica (AGE). **Projeções do Agronegócio Mundial e Brasil**. Brasília, DF, 2012.

CECCHI, Claudio. **Rural Development and Local Systems: The Case of the “Maremma Rural District”**. Tese de Doutorado. Department of City and Regional Planning. University of Wales. College of Cardiff. July 2001.

CORREA, Carlos Andrés. **Analyse Comparative de 9 Cas D'Agro-Industrie Rurale de L'Amérique Latine**. Université de Versailles - Saint Quentin en Yvelines: setembro de 2004.

FEE (Fundação de Economia e Estatística). Disponível em: www.fee.tche.br. Acesso em 12-09-2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp>. Acesso: 12-05-2012.

_____. **Censo Agropecuário**. 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia. Acesso em: 20-07-2012.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2009/PAM2009. Acesso em: 12-06-2012.

MILKPOINT. **Conjuntura de Mercado**. Milkpoint, Piracicaba, 2011. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/>. Acesso em: agosto de 2012.

MORAES, Jorge L. Amaral de. **Dinâmicas Socioeconômicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) da Região Vale do Rio Pardo-RS**. Tese de Doutorado. Série PGDR – Tese nº 13. PGDR-UFRGS. Porto Alegre, 2008.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-CAGED**, 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged/utilizando-o-aplicativo-do-caged-informatizado-aci-clique-aqui.htm>. Acesso em: 15/06/2012.

MUCHNIK, José. **Les Systèmes Agroalimentaires Localisés: intérêt, approche, interrogatios**. Exposé Introductif - Colloque SYAL. GIS SYAL: Montpellier, outubro de 2002.

PAIVA, Carlos Águedo. **Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento Endógeno de uma Região?** Documentos FEE, n. 59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PECQUEUR, Bernard. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour lês économies du Sud**. Institut de Géographie Alpine. Université Joseph Fourier. Grenoble, 2004.

PROJETO COCAP. **Cohesión Social a través del fortalecimiento de las Cadenas Productivas. Relatório Cadeia do Leite (versão preliminar)**. Programa URB-AL III – Europeia–Dirección America Latina. UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

REIS, José. **Uma Epistemologia do Território**. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2006.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. **Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas?**. Disponível em: <http://www.prodar.org/cd.htm>. 1999.

_____. **Multifonctionnalité, territoire et secteur agro alimentaire: une approche par les “systèmes agroalimentaires localisés”**. Université de Versailles-Saint Quentin en Yvelines. CAHIERS DU C3ED, no 02-01: junho, 2002.

SABOURIN, Eric. **Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores**. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37.

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. **Desarrollo Territorial Rural**. RIMISP, Santiago/Chile: fevereiro de 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

_____. **A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas**. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16-19 de novembro de 2003, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31 – 44.

Submetido em 23/12/2014.

Aprovado em 09/10/2015.

Sobre o Autor:

Jorge Luiz Amaral de Moraes

Engenheiro Agrônomo. Mestre em Economia Rural (UFRGS). Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNISC e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT.
Email: jmorales12@gmail.com